

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

PROJETO DE LEI Nº 5.606, DE 2019

Apensado: PL nº 3.988/2020

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para vedar a divulgação de dados profissionais de mulheres vítimas de violência doméstica.

Autor: Deputado PEDRO LUCAS FERNANDES

Relator: Deputado DELEGADO ANTÔNIO FURTADO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei epigrafado acrescenta dispositivo à Lei de Acesso à Informação para vedar “*a divulgação, na rede mundial de computadores, de dados profissionais, como remuneração e lotação das servidoras e empregadas públicas, que estejam sob medida protetiva decorrente de violência doméstica e familiar, no âmbito da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)*”.

Conforme o Autor, o objetivo da proposta consiste em “*evitar que o agressor tenha acesso a informações profissionais da mulher-vítima, a fim de evitar pressões de caráter econômico sobre esta, ou mesmo evitar que o agressor saiba para qual cidade a vítima mudou, o que, na legislação atual, é facilmente descoberto mediante simples consulta ao Portal da Transparéncia do órgão ou entidade em que a vítima trabalha*

A proposição tramita em regime ordinário, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões e foi distribuída a esta Comissão de Defesa dos



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Antônio Furtado

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229130847400>

LexEdit
CD229130847400

Direitos da Mulher e à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, para análise de mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise dos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa.

Apensado ao Projeto de Lei nº 5.606, de 2019, tramita o Projeto de Lei nº 3.988/2020, da Deputada Rejane Dias, que “Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de acesso à informação, para garantir o sigilo das informações divulgadas no Portal da Transparência ou nos sítios oficiais dos órgãos e entidades da administração direta e indireta e dá outras providências”.

Segundo a Justificação do apensado, ele visa garantir a segurança das servidoras vítimas de violência doméstica, que correm o risco de serem encontradas por seus agressores, pois mesmo que a mulher esteja submetida a medidas protetivas e o agressor tenha sido afastado do lar, ele conhece a rotina de trabalho da vítima, seus horários, seus endereços, inclusive o do trabalho, tornando a mulher um alvo fácil para futuras agressões.

Embora a Justificação do PL nº 3.988/2020 mencione apenas as servidoras públicas, o seu inciso II do art. 1º não deixa dúvidas de que ele também pretende amparar as empregadas públicas, pois seu âmbito de incidência engloba as sociedades de economia mista e empresas públicas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A ampla divulgação de informações sobre os servidores públicos, incluindo nome, lotação e remuneração, é prática corrente em grande parte dos entes federativos. Essa medida, entretanto, pode comprometer a segurança das servidoras vítimas de violência doméstica ou familiar. Nesse contexto, a proposição intenta vedar a divulgação, pela *internet*, de informações sobre servidora pública vítima de violência doméstica ou familiar, enquanto



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Antônio Furtado
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229130847400>

LexEdit
CD229130847400*

amparada por medida protetiva estabelecida pela Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

A proposição principal, embora mereça aprimoramentos, afigura-se meritória, na medida em que prestigia a segurança das mulheres vítimas de violência.

Por sua vez, o PL nº 3.988/2020 (apensado) também carece de ajustes, que serão propostos no Substitutivo em anexo. Por exemplo, o §1º do art. 22-A sugerido pelo apensado para inserção na Lei nº 12.527, de 2011, além de estar topograficamente em lugar inapropriado, é desnecessário, pois apenas repete (com pequenas diferenças de redação) o parágrafo único do art. 1º da lei em vigor.

Outro reparo a ser feito é a exclusão do art. 4º do apensado¹, pois ele tenta, por via oblíqua, retirar do Poder Executivo federal uma competência constitucional² a este inerente: o de regulamentar as leis federais. Caso o dispositivo seja mantido, é elevada a probabilidade de que venha a sofrer veto pelo Presidente da República ou de que seja declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Aliás, na Justificação do apensado não há nenhuma explicação a respeito do art. 4º proposto.

Na verdade, em razão do tema tratado, o ideal é alterar substancialmente apenas a Lei Maria da Penha, fazendo mera remissão na Lei de Acesso à Informação, sob pena de indevida repetição de conteúdo normativo.

Pelo exposto, votamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 5.606, de 2019, do Projeto de Lei nº 3.988, de 2020 (apensado), na forma do Substitutivo abaixo.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2022.

Deputado DELEGADO ANTÔNIO FURTADO

Relator

¹ "Art. 4º Compete exclusivamente aos Estados e ao Distrito Federal regulamentar e fiscalizar o disposto nessa lei".

² Art. 84, IV, parte final, CF/88.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Antônio Furtado

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229130847400>



* C D 2 2 9 1 3 0 8 4 7 4 0 0 *

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.606, DE 2019

Apensado: PL nº 3.988/2020

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para vedar a divulgação de dados profissionais de servidoras e empregadas públicas vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera as Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a supressão das informações obrigatórias constantes dos portais de transparência ou dos sítios oficiais na *internet*, referentes às servidoras e empregadas públicas que estejam sob o alcance de medidas protetivas determinadas pelo Poder Judiciário, em decorrência da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 2º A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar com o seguinte art. 9º-A:

“Art. 9º-A Poderá o juiz, de ofício, ou a pedido da servidora ou empregada pública, determinar a supressão das informações obrigatórias nos portais de transparência ou nos sítios oficiais na *internet* dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, fundos especiais e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, como a lotação, a remuneração e quaisquer outras informações profissionais sobre as servidoras e empregadas públicas amparadas por medidas protetivas instituídas pela Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

§ 1º Caso adote a medida prevista no *caput* deste artigo, o juiz oficiará ao órgão de lotação da servidora ou empregada pública, determinando a supressão daquelas informações no respectivo meio de divulgação.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Antônio Furtado

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229130847400>



LexEdit

* C D 2 2 9 1 3 0 8 4 7 4 0 *

§ 2º A supressão da divulgação dos dados deve ser providenciada pelo órgão de lotação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento do ofício.

§ 3º Em caso de descumprimento injustificado da determinação judicial prevista no §1º deste artigo, deve ser instaurado processo administrativo disciplinar, para apuração de responsabilidade do servidor ou empregado público faltoso.

§ 4º É assegurado o acesso à parte não sigilosa das informações profissionais da servidora ou empregada pública, por meio de certidão, extrato ou cópia, com ocultação das partes sob sigilo". (NR)

Art. 3º A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, passa a vigorar com o seguinte art. 22-A:

"Art. 22-A O acesso e a divulgação de informações previstos nos arts. 7º e 8º desta Lei devem observar o disposto no art. 9º-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006". (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de 2022.

Deputado DELEGADO ANTÔNIO FURTADO
Relator

2022-5176



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Antônio Furtado
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229130847400>

